DATA MERCANTIL

Palo Alto S.A.

(em constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

I. Data, Hora e Local: Realizada no dia 03 de abril de 2024, às 10 horas, na sede social da Rua Sader Macul, nº 96, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04542-090 2. Convocação e Presença: Presentes os fundadores e subscritores representando a totalidade do capital social da Companhia, a saber: (a) Oz Fields Exploração e Metálicos S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 3200, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-000, inscrita no CNPJ sob o nº 31.549.759/0001-51 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo -JUCESP sob o NIRE sob o nº 35.300.521.455, representada na forma do seu contrato social por seu Diretor **Igor Eustáquio Rodrigues Elias,** brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.518.786 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 006.059.101-38, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Bueno Brandão, 134, apto. 91, Vila Nova Conceição, CEP: 04509-020 (b) Ivo Rodrigues Elias, brasileiro, casado no Regime de separação total de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.375.140 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 005.155.031-85, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SQNW, nº 110, bloco J, apto 507, CEP 70686-550. 3. Mesa: Após eleitos pelos acionistas fundadores acima qualificado, os trabalhos foram presididos pelo Sr. Andersen Wender de Oliveira Beserra Pattaro e secretariados pela Sra. Vitória Bastos Alves de Freitas. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a constituição de uma sociedade por ações sob a denominação de Palo Alto S.A.; (ii) a subscrição e integralização do capital social da Companhia iii) a eleição dos diretores da Companhia; (iv) a remuneração dos diretores da Companhia; e (v) a definição dos jornais de grande circulação que realizarão a publicação dos atos ocietários da Companhia. 5. Deliberações: Após a discussão das matérias, os acionistas fundadores, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberações o quant seque: 5.1. Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação de Palo Alto S.A., bem como o projeto de estatuto social apresentado aos presentes, o qual foi anexado a regue. 5.1. Aprova a Constitutação de Companina, sou a deciminant, a companina de la constitutação de 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$1.00 (un real) cada uma, totalizando um valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) e a integralização parcial de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores. 5.3. A totalidade da ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia São subscritas pelos acionistas fundadores presentes, de acordo com as seguintes proporções: (a) a acionista OZ Fields Exploração e Metálicos S.A., subscreveu 999 (novecentas e noventa e nove o ações ordinárias, pelo valor de R\$999,00 (novecentos e noventa e nove reais), a ser integralizada na forma do Boletim de Subscrição, assinado na presente data, que integra esta ata na forma do Anexo II: e (b) o acionista Ivo Rodrigues Elias, subscreveu 1 uma) ação ordinária, pelo valor de R\$1,00 (um real), a ser integralizada na forma do Boletim de Subscrição, assinado na presente data, que integra esta ata na forma do Anexo III: e 5.4.0 Capital será integralizado em moeda corrente do País em até 12 (doze) meses, a contar da data de expedição da Autorização de Funcionamento Jurídico. 5.5. Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia. 5.6. Em seguida, nos termos do estatuto social, os acionistas fundadores elegeram, por unanimidade, para um mandato unificado de 1 (um) ano, os seguintes diretores: (i) o Sr. Ivo Rodrigues Elias, brasileiro, casado no Regime de separação total de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.375.140 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 005.155.031-85, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SQNW, nº 110, bloco J, apto 507, CEP 70686-550, para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) Sr. Samuel Asafe Silva Medeiros Costa, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.144.442-8 SSP/MT e inscrit. no CPF/MF sob o nº 176.450.177-24, residente e domiciliado à SQN 114, bloco B, apto 301, Asa Norte, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 70764-020, para o cargo d Diretor sem designação específica. 5.7. Os membros da Diretoria ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; oi por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, na forma do artigo 147 da lei nº 6.404/76. 5.8. Os Srs. Ivo Rodriques Elias e Samuel Asafe Silva Medeiro Costa, acima qualificados, tomarão posse em seus cargos imediatamente, mediante a assinatura do Termos de Posse, conforme Anexo IV, a presente ata. 5.9. A remuneração globa dos diretores, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente, observando o disposto na legislação aplicável e no Estatuto Social que ora passa reger a Companhia 5.10. Aprovar que as publicações ocorrerão em jornais que sigam os parâmetros estabelecidos pela lei vigente das Sociedades por Ações, quando necessárias. 5.11. Autorizar os Diretores ora eleitos a últimar todas as formalidades remanescentes para registro da Constituição da companhia perante os órgãos competentes. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 03 de abril de 2024, Anderson Wender de Oliveira Beserra Pattaro, Presidente, Vitória Bastos Alves de Freitas, Secretária, Oz Fields Exploração e Metálicos S.A., Representada por Igor Eustáquio Rodrigues Elias; Ivo Rodrigues Elias. Diretores Eleitos: Ivo Rodrigues Elias, Samuel Asafe Silva Medeiros Costa. Vitória Basto Alves de Freitas, OAB nº 453.706. JUCESP/NIRE nº 3530064000-4 em 12/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º A Palo Alto S.A. é uma Companhia anônima regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 381, de 4 de março de 2020. Artigo 2º A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sader Macul, nº 96, Itaim Bibi, CEP 04542-090, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante resolução da Diretoria. **Artigo 3°** A Companhia tem por objeto socia (i) atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural; e (ii) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding). **Artigo 4°** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital. Artigo 5°** O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda orrente nacional, é de R\$ 1.000,00 (mil reais) dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, emitidas por R\$ 1,00 (um real) cada uma. §1º Os acionistas têm preferência ra a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou, se consultado não se manifestar dentro de 30 (trinta) dias contados da data da consulta, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações. §2 A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Directoria Artigo 6°. A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. Capítulo III. Das Assembleia Gerais. Artigo 7º. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á até o dia 31 de março de cada ano, e a Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que os interesses da mpanhia sasim exigirem, observadas as competências e quórum de deliberação previstos na legislação aplicável. Artigo 8°. As assembleias gerais serão presididas pelo Direto esidente da Companhia ou pelo seu substituto, ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário. Capítulo IV. Da Administração. Artigo 9º A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretore: acionistas ou não, mas todos residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral. Dos diretores, 01 (um) será o Diretor Presidente e, os demais, Diretores sem denominação específica Artigo 10. Os Diretores terão prazo de mandato unificado de um ano, considerando-se o ano o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias. Todos os diretore deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleito. Parágrafo Único. A assembleia geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. Artigo 11. Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o respectiv substituto será escolhido pela Diretoria dentre os diretores remanescentes, na primeira reunião que se realizar depois da ocorrência da vaga. Ocorrendo a vaga de um dos demai cargos da Diretoria, esta, na primeira reunião que realizar, se assim o entender conveniente ou necessário, fará o preenchimento do cargo por pessoa que o exercerá interinamente até a primeira assembleia geral que vier a se realizar após o evento, que proverá um cargo definitivo. Parágrafo Único. O diretor eleito nos termos deste artigo exercerá as sua: funções pelo prazo remanescente do mandato do Diretor que houver sido substituído. **Artigo 12.** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este, sujeito o ato à aprovação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído. **Parágrafo Único.** O substituto poderá ser um dos demais diretores que, neste caso, votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiver substituindo. Artigo 13. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que n ocasião for escolhido. §1º As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois diretores. Para que possam se instalar e validamente deliberar, iecessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos ou de dois se só houver dois diretores em exercício. §2º As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate. Artigo 14. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para o quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à assembleia qeral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para: (a zelar pela observância da lei e deste Estatuto; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (e) distribuir, entre seus membros, as funções o idministração da Companhia. 🗧 A representação da Companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridade federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, Companhias de economia mista e entidades paraestatais compete ao Diretor Presidente. §2° A Diretoria poderá, em reunião indicar qualquer diretor, ou autorizar a outorga de mandato a terceiros, para, isoladamente, praticar atos de atribuição da Diretoria ou de qualquer diretor, sem prejuízo de podere: ou atribuições idênticos conferidos por este Estatuto ou pela Diretoria a ela própria ou a qualquer diretor. 83º A venda, permuta, transferência ou alienação por qualquer forma, a hipoteca, penhor ou onus de qualquer espécie, de bens imóveis da Companhia dependem da autorização e aprovação dos acionistas reunidos em assembleia geral. Artigo 15. As escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: (a) por dois diretores em conjunto; (c) por qualquer diretor em conjunto com um procurador ou (d) por dois procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. Parágrafo Único. Obedecido o disposto no Artigo 14, § 2°, a Companhia deverá ser representada conjuntamente pelos diretores ou procuradores. Artigo 16. As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia conjuntamente pelos diretores; devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano. Artigo 17. São expressamente vedados sendo Nulo e inoperantes com relação à companhia os atos de qualquer diretor procurador ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ac objeto social, tais como fianças, avais, endossas ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião. Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 18. O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. Capítulo VI. Do Exercício Social, do Balanço e do Lucro. Artigo 19. O exercício social terá início em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 20. Ao fim de cada exercício fiscal, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes. Parágrafo Único. Conforme o Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, a administração deverá publicar, anualmente, até 28 de fevereiro de cada anc no Diário Oficial da União ou no jornal oficial dos Estados, segundo o local da respectiva sede e, também, em outro jornal de grande circulação as demonstrações financeiras d ompanhia. Artigo 21.0 lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal se em funcionamento. Parágrafo Único. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) quota destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação de reservas para contingências reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Capítulo VII. Da Liquidação. Artigo 22. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos legais, e especificamente no momento do cancelamento da autorização temporária conforme prevista na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 381, de 04 de março de 2020, competindo a assembleia geral estabelecer a forma de liquidação em nomear o liquidante e o conselho fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. Artigo 23. Nos casos omissos ou duvidosos a icar-se-ão às disposições legais vigentes. São Paulo, 03 de abril de 2024.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

☑ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo **MERCANTIL**



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao Brasil lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/10/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal